

VI CONVENÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

“Navegar é preciso.
Viver não é preciso.”

Discursos de ULYSSES GUIMARÃES e BARBOSA LIMA SOBRINHO, candidatos do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO a Presidente e Vice-Presidente da República.

Brasília, 21 e 22 de setembro de 1973

VI CONVENÇÃO NACIONAL DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

**“Navegar é preciso.
Viver não é preciso.”**

Discursos de ULYSSES GUIMARÃES e BARBOSA LIMA SOBRINHO, candidatos do MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO a Presidente e Vice-Presidente da República.

Brasília, 21 e 22 de setembro de 1973

DISCURSO DO DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES, PRESIDENTE NACIONAL DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, AO ACEITAR SUA CANDIDATURA A PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

“Senhor Presidente,
Senhores Convencionais,
Senhores Senadores, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores, meus correligionários de todo o Brasil.

O paradoxo é o signo da presente sucessão presidencial brasileira.

Na situação, o anunciado como candidato, em verdade é o Presidente, não aguarda a eleição e sim a posse.

Na Oposição também não há candidato, pois não pode haver candidato a lugar de antemão provido. A 15 de janeiro próximo, com o apelido de “eleição”, o Congresso Nacional será palco de cerimônia de diplomação, na qual Senadores, Deputados Federais e Estaduais da agremiação majoritária certificarão investidura outorgada com anterioridade.

O Movimento Democrático Brasileiro não alimenta ilusões quanto à homologação cega e inevitável, imperativo da identificação do voto ostensivo e da fatalidade da perda do mandato parlamentar, obra farisaica de pretenso Colégio Eleitoral, em que a independência foi desalojada pela fidelidade partidária.

A inviabilidade da candidatura oposicionista testemunhará perante a Nação e perante o mundo que o sistema não é democrático, de vez que tanto quanto dure este, a atual situação sempre será governo, perenidade impossível quando o poder é consentido pelo escrutínio direto, universal e secreto, em que a alternatividade de partidos é a regra, consoante ocorre nos países civilizados.

Não é o candidato que vai recorrer o País. E o anticandidato, para denunciar a antieleição, imposta pela anticonstituição que homizia o AI-5, submete o Legislativo e o Judiciário ao Executivo, possibilita prisões desamparadas pelo **habeas corpus** e condenações sem defesa, profana a indevassabilidade dos lares e das empresas pela escuta clandestina, torna inaudíveis as vozes discordantes, porque ensurdece a Nação pela censura à Imprensa, ao Rádio, à Televisão, ao Teatro e ao Cinema.

No que concerne ao primeiro cargo da União e dos Estados, dura e triste tarefa esta de pregar numa “república” que não consulta os cidadãos e numa “democracia” que silenciou a voz das urnas.

Eis um tema para o teatro do absurdo de Bertolt Brecht, que, em peça fulgurante, escarnece da insânia do arbítrio prepotente ao aconselhar que se o povo perde a confiança do governo, o governo deve dissolver o povo e eleger um outro.

Não como campanha, pois equivaleria a tola viagem rumo ao impossível, a peregrinação da Oposição pelo País perseguirá tríplice objetivo:

I — Exercer sem temor e sem provocação sua função institucional de crítica e fiscalização ao governo e ao sistema, clamando pela eliminação dos instrumentos e da legislação discricionários, com prioridade urgente e absoluta a revogação do AI-5 e a reforma da Carta Constitucional em vigor.

II — Doutrinar com o Programa Partidário, unanimemente aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conscientizando o povo sobre seu conteúdo político, social, econômico, educacional, nacionalista, desenvolvimentista com liberdade e justiça social, o qual será realidade assim que o Movimento Democrático Brasileiro for governo, pelo sufrágio livre e sem intermediários do povo.

III — Concitar os eleitores, frustrados pela interdição de a 15 de janeiro de 1974 eleger o Presidente e o Vice-Presidente da República, para que a 15 de novembro do mesmo ano elejam senadores, deputados federais e estaduais da oposição, etapa fundamental para atuação e decisões parlamentares que conquistarão a normalidade democrática, inclusive número para propor Emendas e Reforma da Carta Constitucional de 1969 e a instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito, de cuja ação investigatória e moralizadora a presente legislatura se encontra jejuna e atual administração imune, pela facciosa intolerância da maioria situacionista.

Hoje, e aqui, serei breve.

Somos todos cruzados da mesma cruzada. Dispensável, assim, pretender convencer o convicto, converter o cristão, pregar a virtude da liberdade a liberais, que pela fé republicana pagam até o preço de riscos e sofrimentos.

Serei mais explícito e minudencioso ao longo da jornada, quando falarei também a nossos irmãos postados no outro lado do rio da democracia.

Aos que aí se situaram por opção ou conveniência, apostasia política mais rebelde à redenção.

Prioritariamente, aos que foram marginalizados pelo ceticismo e pela indiferença notadamente os jovens e os trabalhadores, intoxicados por maciça e diuturna propaganda e compelidos a tão prolongada e implacável dieta de informações.

Quando a Oposição clama pela reformulação das estruturas político-sociais e pela incolumidade dos direitos dos cidadãos, sua reiteração aflige os corifeus dos poderosos do dia.

Faltos de razão e argumentos, acoimam-na de fastidiosa repetição. Condenável é repetir o erro e não sua crítica. Saibam que a persistência dos abusos terá como resposta a pertinácia das denúncias.

Ressaltarei nesta Convenção a liberdade de expressão, que é apanágio da condição humana e socorre as demais liberdades ameaçadas, feridas ou banidas.

A oposição reputa inseparáveis o direito de falar e o direito de ser ouvido.

É inócua a prerrogativa que faculta falar em Brasília, não podendo ser escutado no Brasil, porquanto a censura à Imprensa, ao Rádio e à Televisão venda os olhos e tapa os ouvidos do povo. O drama dos censores é que se fazem mais furiosos quanto mais acreditam nas verdades que censuram. E seu engano fatal é presumir que a censura, como a mentira, pode exterminar os fatos, eliminar os acontecimentos, decretar o desaparecimento das ocorrências indesejáveis.

A verdade poderá ser temporariamente ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis.

A informação, que abrange a crítica, é inarredável requisito de acerto para os governos verdadeiramente fortes e bem intencionados, que buscam o bem público e não a popularidade. Quem, se não ela, poderá dizer ao Chefe de Estado o que realmente se passa, às vezes de suma gravidade, na intimidade dos Ministérios e dos múltiplos e superpovoados órgãos descentralizado?

Quem, se não ela, investigará e contestará os conselhos ineptos dos Ministros, as falsas prioridades dos técnicos, o planejamento defasado dos assessores? Essa a sabedoria e o dimensionamento da prática com que o gênio político britânico enriqueceu o direito público: Oposição do Governo de Sua Magestade, ao Governo de Sua Magestade.

A burocracia pode ser preguiçosa, descortês, incapaz e até corrupta. Não é exclusivamente na Dinamarca, em qualquer reino sempre há algo de podre. Rematada insânia tornar impúblicáveis lacunas, faltas ou crimes, pois contamina a responsabilidade do governante que a ordena ou tolera.

Eis por que o poder absoluto, erigido em infalível pela censura, corrompe e fracassa absolutamente.

É axiomático, para finalizar, que sem liberdade de comunicação não há, em sua inteireza, Oposição, muito menos Partido de Oposição.

Como o desenvolvimento é o desafio da atual geração, pois ou o Brasil se desenvolve ou desaparecerá, o Movimento Democrático Brasileiro, em seu Programa, define sua filosofia e seu compromisso com a inadiável

ruptura da maldita estrutura da miséria, da doença, do analfabetismo, do atraso tecnológico e político.

A liberdade e a justiça social não são meras conseqüências do desenvolvimento. Integram a condição insubstituível de sua procura, o pré-requisito de sua formulação, a humanidade de sua destinação.

A liberdade e a justiça social conformam a face mais bela, generosa e providencial do desenvolvimento, aquela que olha para os despossuídos, os subassalariados, os desempregados, os ocupados em infimo ganhapão ocasional e incerto, enfim, para a imensa maioria dos que precisam para sobreviver, em lugar da escassa minoria dos que têm para esbanjar.

Este o desenvolvimento vivificado pelas liberdades roosevelteanas, inspiradoras da Carta das Nações Unidas, as que se propõem a libertar o homem do medo e da necessidade. É o perfilhado na Encíclica **Populorum Progressio**, isto é, prosperidade do povo, não do Estado, que lhe é conseqüência, cunhando seu protótipo na sentença lapidar: o desenvolvimento é o novo nome da paz.

Desenvolvimento sem liberdade e justiça social não têm esse nome. É crescimento ou inchação, é empilhamento de coisas e valores, é estocagem de serviços, utilidades e divisas, estranha ao homem e a seus problemas.

Enfatize-se que desenvolvimento não é silo monumental e desumano, montado para guardar e exibir a mitologia ou o folclore do Produto Interno Bruto, inacessível tesouro no fundo do mar, inatingível pelas reivindicações populares.

É intolerável mistificar uma Nação a pretexto de desenvolvê-la, rebaixá-la em armazém de riquezas, tendo como clientela privilegiada, senão exclusiva, o governo para custeio de tantas obras faraônicas e o poder econômico, particular ou empresarial, destacadamente o estrangeiro, desnacionalizando a indústria e dragando para o exterior lucros indevidos.

É equívoco, fadado à catástrofe, o Estado absorver o homem e a Nação.

A grandeza do homem é mais importante do que a grandeza do Estado, porque a felicidade do homem é a obra-prima do Estado.

O Estado é o agente político da Nação. Além disso e mais do que isso, a Nação é a língua, a tradição, a família, a religião, os costumes, a memória dos que morreram, a luta dos que vivem, a esperança dos que nascerão.

Liberdade sem ordem e segurança é o caos. Em contraposição, ordem e segurança sem liberdade é a permissividade das penitenciárias. As penitenciárias modernas são mini-cidades, com trabalho remunerado, restaurante, biblioteca, escola, futebol, cinema, jornais, rádio e televisão.

Os infelizes que as povoam têm quase tudo, mas não têm nada, porque não têm a liberdade. Delas fogem, expondo a vida ou aguardam aflitos a hora da libertação.

Do alto desta Convenção, falo ao General Ernesto Geisel, futuro Chefe da Nação.

As Forças Armadas têm como patrono Caxias e como exemplo Eurico Gaspar Dutra, cidadãos que glorificaram suas espadas na defesa da lei e na proteção à liberdade. O General Ernesto Geisel a elas pertence, dignificou-as com sua honradez, delas sai para o supremo comando político e militar do Brasil.

A história assinalou-lhe talvez a última oportunidade para ser instituído no Brasil, pela evolução, o governo da ordem com liberdade, do desenvolvimento com justiça social, do povo como origem e finalidade do poder e não seu objeto passivo e vítima inerte.

Difícil empresa, sem dúvida. Carregada de riscos, talvez. Mas o perigo participa do destino dos verdadeiros soldados.

A estátua dos estadistas não é forjada pelo varejo da rotina ou pela fisiologia do cotidiano.

Não é somente para entrar no céu que a porta é estreita, conforme previne o evangelista São Mateus, no Capítulo XXIII, Versículo 24.

Por igual, é angustiosa a porta do dever e do bem, quando deles depende a redenção de um povo. Esperemos que o Presidente Ernesto Geisel a transponha.

A oposição dará à próxima administração a mais alta, leal e eficiente das colaborações: a crítica e a fiscalização.

Sabe, com humildade, que não é dona da verdade.

A verdade não têm proprietário exclusivo e infalível.

Porém sabe, também, que está mais vizinha dela e em melhores condições para revelá-la aos transitórios detentores do poder, dela tantas vezes desviados ou iludidos pelos tecnocratas presunçosos, que amaldiçoam e exorcizam os opositores, pelos serviços de todos os governos, pelos que vitaliciamente apoiam e votam para agradar ao Príncipe.

A oposição oferece ao governo o único caminho que conduz à verdade: a controvérsia, o diálogo, o debate, a independência para dizer "sim" ao bem e a coragem para dizer "não" ao mal, a democracia em uma palavra.

Senhores Convencionais:

Do fundo do coração digo-lhes que não agradeço a indicação que consagra minha vida pública. Missão não se pede. Aceita-se, para cumprir, com sacrifício e não proveito.

Como Presidente Nacional do Movimento Democrático Brasileiro agradeço-lhes, aí sim, o destemor e a determinação com que ao sol, aos ventos e desafiando ameaças desfilam pela Pátria o lábaro da liberdade.

Minha memória guardará as palavras amigas aqui proferidas, permitindo-me reportar às da lavra dos grandes líderes Senador Nelson Carneiro e Deputado Aldo Fagundes, parlamentares que têm os nomes perpetuados nos Anais e na admiração do Congresso Nacional.

Significo o reconhecimento do Partido a Barbosa Lima Sobrinho, por ter acudido a seu empenhado apelo.

Temporariamente deixou sua biblioteca e apartou-se da Imprensa, trincheiras do seu talento e de seu patriotismo, para exercer perante o povo o magistério das franquias públicas, das garantias individuais e do nacionalismo.

Sua vida e sua obra podem ser erigidas em doutrina de nossa pregação.

Por fim, a imperiosidade do resgate da enorme injustiça que vitimou, sem defesa, tantos brasileiros paladinos do bem público e da causa democrática. Essa Justiça é pacto de honra de nosso partido e seu nome é ANISTIA.

Senhores Convencionais:

A caravela vai partir. As velas estão pandas de sonho, aladas de esperanças. O ideal está ao leme e o desconhecido se desata à frente.

No cais alvoroçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopéias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do **establishment**. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar.

Mas, no episódio, nossa carta de marear não é de Camões e sim de Fernando Pessoa, ao recordar o brado:

"Navegar é preciso.

Viver não é preciso".

Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: Alvissaras, meu Capitão. Terra á vista!

Sem sombra, medo e pesadelo, à vista a terra limpa e abençoada da liberdade.

DISCURSO DO PROFESSOR BARBOSA LIMA SOBRINHO, AO ACEITAR SUA CANDIDATURA A VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA:-

"Há mais de dez anos afastado e desinteressado de qualquer atividade partidária, tenho a impressão, nas últimas semanas, de que venho vivendo uma vida irreal. Nunca pude resistir à atração do trabalho puramente intelectual, que na verdade me fascina, mesmo ou sobretudo quando exige, como na pesquisa histórica, a continuidade de esforço obstinado. E perdoai que o diga, sem falsa modéstia, que prefiro a obscuridade, as conversas íntimas, que não precisam forçar os possessivos para continuarem íntimas. Considero até uma extravagância do destino o projetar-me em situações como a que agora se apresenta, por força das circunstâncias. E só consigo explicá-las, quando vejo que se é o prazer que me conduz às atividades intelectuais, o que me arrasta para a luz das ribaltas é uma força não menos imperativa e não menos exigente, por que é a presença de um Dever. De um Dever para com a Pátria. Por mais que subscreva a confissão de José Bonifácio, de que não dou nenhum peso "ao fumo das grandezas humanas", também não sei como resistir aos imperativos do Dever. É como se as vozes de comando viessem do fundo da consciência para traçarem as linhas de minha conduta.

Aqui estou, Senhores Convencionais do MDB, aqui estou para o desempenho da tarefa em que acreditastes útil a minha colaboração e para unir minha voz, que me parece fraca, ao vosso grande apelo, em prol deste Brasil que tanto amamos.

A RAZÃO DESSA ATITUDE

A bem dizer, o MDB e eu chegamos juntos a um ponto de interseção de atitudes convergentes. Se é verdade que a Constituição de 1967 fala em pluralidade de partidos políticos, o certo é que são consentidos

praticamente apenas dois partidos, legalmente constituídos, tão grandes são os obstáculos criados para a formação de uma terceira agremiação, que se supunha representante de um outro setor da opinião pública. E quando um regime se fixa em dois partidos, não há como dissimular que tudo se reduz a uma opção entre os dois, sem mesmo procurar forçar soluções intermediárias ou divergentes. Voto nulo, tanto como voto ausente ou como voto em branco, acabam, em última análise, incorporados a um dos dois partidos consentidos, concorrendo para o prestígio da agremiação que controlar os meios de propaganda. Não há outras alternativas para um regime político de dois partidos. E como a abstenção é impossível, dadas as sanções legais que punem o não-comparecimento às urnas, há que tomar atitude, há que pronunciar-se entre governo e oposição. Se o povo não se convenceu dessa verdade, é caso para ser esclarecido, uma vez que o regime legal foi criado exatamente para impedir a neutralidade, procurando creditar ao governo até mesmo os indiferentes, para ilustração de uma propaganda otimista.

Que se poderá alegar contra uma tomada de posição, com a apresentação de candidatos? Que se está dando foros de democracia a um pleito que, na substância, não tem nada de democrático e já foi decidido antes mesmo de começar? Mas essa alegação cairá por terra se a apresentação de candidatos tiver por objetivo o combate ao próprio processo eleitoral.

Havíamos tido, na Primeira República, nada menos de dez Presidentes eleitos pelo sufrágio popular. Outros quatro foram escolhidos ainda pelo povo, na chamada Terceira República, de 1945 a 1964. Em termos de um país novo, é o tempo suficiente para formar uma tradição, a da elegibilidade dos Presidentes pelo voto popular. E se formos olhar o que se fez nesses períodos presidenciais, não há restrições a admitir, nem censuras a formular. O Brasil cresceu com todos eles. Um pouco mais, ou um pouco menos, não chega a interessar, mesmo porque entra no vasto domínio das conclusões subjetivas, não raro inspiradas em ressentimentos, em motivos pessoais ou partidários ou em impressões vagas, que não cogitaram das circunstâncias encontradas ou dos recursos disponíveis. E se essa é a realidade, como explicar ou compreender que o direito de escolha dos Presidentes deixe de ser direito de todos para passar a privilégio de poucos? Nem se justifica a exclusão do povo, nem a sua substituição por um Congresso mutilado, em cuja palavra tanto não se deposita nenhuma confiança, que o sujeitam à humilhação do voto a descoberto, para verificação e comprovação dos compromissos.

Não era mais possível continuar a manter o silêncio ou a abstenção. Impunha-se aceitar de peito aberto a posição, não de candidato, mas tão-somente de contestante. Porque sabemos que não somos candidatos, nem há nada que disputar. Mas se é possível o debate, caminhemos para

o debate. Se há margem para a contestação, partamos para a contestação do processo eleitoral.

Foi nessa hora que nos encontramos, Senhores Convencionais do MDB. E ao saudar vossa decisão, quero antes dizer de minha satisfação em ter ao meu lado o vosso eminente Presidente, o Deputado Ulysses Guimarães, que encarna e representa o vosso espírito de sacrifício e a vossa vocação de apostolado. Reunimo-nos para levantar a bandeira que nos entregastes, a bandeira da restauração da democracia brasileira. A bandeira da restituição das faculdades que completam a instituição do Congresso, no conjunto dos poderes que integram o Estado. A bandeira da plenitude das garantias constitucionais, com que se assegura a dignidade da Pessoa Humana. A bandeira do restabelecimento do Estado de Direito, fundado numa Constituição sem eclipses de Atos Institucionais. Até mesmo porque se os eclipses das Constituições valem pela supressão do próprio Estado de Direito. É como se o Brasil, na fase mesma em que acaba de festejar o Sesquicentenário de sua Independência e o da convocação de sua primeira assembléia política, quisesse comemorá-las a caráter, vestindo roupas de 1820, antes até da revolução do Porto e do funcionamento das Cortes de Portugal.

NO CAMINHO DA DEMOCRACIA

Discutiu-se muito, nos periódicos da fase da Independência e no momento em que se reunia a primeira assembléia política do Brasil, a extensão do poder que se devia atribuir ao Primeiro Imperador. Havia uma corrente radical que lhe contestava a faculdade da iniciativa das leis e o direito de veto, absoluto ou suspensivo. Mas os que iam mais longe na proteção e resguardo dessa autoridade, incluindo na Carta de Direitos a instituição do Poder Moderador, sabiam muito bem que não estavam admitindo a perpetuação do absolutismo, mas antes criando e disciplinando um Estado de Direito, sujeito a normas mais poderosas que a vontade dos governantes. O Poder Moderador tinha limites naturais, até na maneira como as suas atribuições se redigiam.

Graças a essa orientação, graças à maneira como as interpretou e executou o Segundo Imperador, o Brasil viveu o período monárquico como uma democracia que, se não era perfeita, ao menos lutava para não deixar de ser perfectível. Os poderes Constitucionais funcionaram como mandava a Constituição. A censura prévia não existiu e Pedro II fez questão de repelir todos os projetos de lei de imprensa, que foram imaginados para coibir a crítica jornalística. De certo que houve falhas, num

país de cultura escassa, mergulhado em extrema pobreza. Mas no conjunto da vida dos países da América Latina, a imagem do Brasil de tal modo cresceu e se impôs que, no momento da deposição do Imperador, que já não possuía condições físicas para resistir, veio do Presidente da Venezuela uma palavra de estrita justiça, que lhe ia valer de pedestal para a sua glória imorredoura. "Se ha acabado, dizia o Presidente da Venezuela, lá única República que existia em América: el Império del Brasil". Na verdade, o Brasil conseguira superar a fase das lutas da Independência, as crises do Primeiro Reinado, as tormentas da Regência e toda a longa fase do Segundo Reinado, sem abandonar nunca sua profunda inspiração democrática. Um jornalista radical como Antonio Borges da Fonseca pode morrer de velho, depois de editar o seu valente **O Repúblico** no Rio, em Recife e na Paraíba, sofrendo de certo algumas prisões, pois nem sempre respeitava os limites legais, mas indo até o fim com a sua pregação destemerosa e saudando de longe o Imperador, que passava de carruagem, numa visita a Pernambuco, e lhe correspondeu de longe ao cumprimento. Esse, Senhores, é que é o nosso Brasil, o Brasil que vamos encontrar no imo de nossos corações, um Brasil tranqüilo e cordial. E que não tinha de que se arrepender, quando via em torno dele os vizinhos da América Latina, devastados pelos pronunciamentos militares, sujeitos a governos efêmeros ou a ditaduras prolongadas, que eram antes efervescências de caudilhagem.

Republicano de convicção, custa-me este registro histórico, que pode parecer uma exaltação da monarquia, quando acredito que seja antes merecimento do próprio Brasil. Até mesmo por que se a República nem sempre pôde conservar esse ambiente de compreensão, o certo é que também cultivou as instituições democráticas. Do ponto de vista histórico, considero uma injustiça e até mesmo um erro, o procurar ver no Brasil um processo endêmico de subversão. Basta dizer que em 84 anos de vida republicana, mais de setenta decorreram dentro da normalidade constitucional, sem a necessidade do emprego de outros meios do que os que estavam previstos e indicados na própria Constituição. A censura prévia do tempo do Presidente Bernardes não impedia a divulgação de artigos censurados e que publicavam arrimados às imunidades dos deputados, que os liam na tribuna da Câmara e eram depois publicados nos jornais. O que prova, sem dúvida, as tendências do caráter nacional brasileiro, seu espírito de ordem, suas extraordinárias virtudes construtivas.

A MAIORIDADE POLÍTICA DO BRASIL

Nem há prova melhor dessas virtudes, com que se completou a maioridade política do Brasil, que a maneira como se orientou e se decidiu a

campanha da Abolição. Não seria fácil a tarefa, que ia ferir fundo o patrimônio dos donos de escravos, o que vale dizer o sentimento da propriedade individual. E acompanhou de perto o período da Monarquia, vencendo batalhas preliminares, que iam aproximando o advento da vitória final, com a Lei Áurea, recebida com discursos inflamados e palmas frenéticas, enquanto, nos Estados Unidos, essa reforma custara uma guerra civil, que consumira mais de seiscentas mil vidas humanas, destruições e sacrifícios inumeráveis.

Lembremos ainda outra grande conquista do Brasil, a da preservação da unidade nacional. Não veio de graça. Exigiu vigilância e destemor, desde quando holandeses e franceses rondavam o território brasileiro, à espera de um momento de descuido das forças que nos guardavam. No período da Independência, Portugal fez o possível, dentro da orientação das Cortes de Lisboa, para dividir e enfraquecer o Brasil, formando governos independentes, sujeitos a Lisboa e não ao Rio de Janeiro, sede do Governo central. E foram brasileiros, nascidos ou não no Brasil, mas dedicados à defesa do nosso solo e da nossa integridade territorial, que se fizeram voluntários das tropas que derrotaram Avilez e Carreti no Rio de Janeiro, Madeira no Salvador, Fidié no Piauí e no Maranhão, mobilizando ao todo cerca de 50.000 homens, que consolidaram a Independência do Brasil.

Bastariam essas duas campanhas, pela maneira como se fizeram e como se organizaram, para valer como títulos de maioridade política do povo brasileiro, fazendo-o merecedor de homenagens e não de restrições, de apoio total à sua ação e não de supressão de um direito, como o da escolha dos governantes, que haveria de ser desempenhado com o mesmo descortino e patriotismo com que se consumou a Abolição e se consolidou a unidade territorial, frutos de educação política e atestados insuperáveis da benemerência de governantes e governados.

DEMOCRACIA NÃO É APENAS UMA PALAVRA

De certo, Senhores Convencionais, quando assim acentuo a presença da democracia e entendo que nunca foi obstáculo ao nosso desenvolvimento ou ao nosso progresso, não estou vendo na democracia tão-somente uma palavra, que se possa riscar à vontade, sem comprometer o período. A democracia há de ser um contexto, com as instituições que a integrem. Como não basta uma gota de liberdade para o seu batismo. Ou ela existe através de suas garantias essenciais ou a palavra democracia vira apelido, como, por exemplo, nas Democracias Populares ou na Constituição da República do Haiti. E se também quiserem

fazer da democracia um elenco de perfeições, teremos de protestar, por amor à verdade e em homenagem às imperfeições da própria humanidade. Conheço-lhe de sobra os males e os abusos, as distorções e os vícios. Nem quero uma democracia para uma redoma mas um instrumento de luta para a defesa dos interesses públicos. Uma democracia como a de que Churchill nos falava:

Certa vez, provavelmente na época do fastígio dos fascismos, que pensavam mudar de essência tão-somente porque mudavam de nome, houve alguém que enumerasse a Winston Churchill os males do processo democrático. Churchill ouvia pacientemente. Mas no fim do libelo concordou em que a democracia era realmente o pior regime político do universo. Mas, acrescentou, **excetuados todos os outros**.

O que vale dizer que se a análise compromete a democracia, o paralelo a salva. Era também o que dizia de outro modo um estadista italiano, o insigne Cavour, ao observar que "um ministro absolutista ordena, um constitucional sente a necessidade de persuadir, para se fazer obedecido. Ora, prosseguia, eu gosto de convencer que tenho razão. Acreditei-me: a pior Câmara é ainda preferível à melhor antecâmara".

Essa necessidade de persuadir é, por excelência, a qualidade que distingue e consubstancia a vocação política. O trabalho de proselitismo assegura a sua permanência através dos convertidos, enquanto o comando se esgota e se exaure na própria obediência. Nem se diga que o esforço para convencer compromete ou desmente a eficácia do comando, pois que a vida e as realizações de Cavour valeriam como desmentido categórico, nem há reformas e conquistas mais completas do que aquelas que, fazendo-se por meio de movimentos de opinião, asseguram a sua execução e a sua continuidade através dos prosélitos conquistados. E é evidente que esse trabalho de persuasão, feito de porta em porta, de consciência em consciência, não tem nada de comum com o programa de massificação que confia na repetição de **slogans** não raro irritantes, agressivos e vaidosos, que não chegam a converter ninguém, pois que já se sente, de saída, que procuram impor e não convencer, preferindo exigir obediência a solicitar aprovação.

O MAIS IMPORTANTE ATO CÍVICO DO BRASIL

E é porque confiamos no trabalho de persuadir, que defendemos a eleição direta do Presidente da República, a eleição pelo povo e não pelo Congresso. A eleição indireta dispensa argumentos, valendo-se de eleitores que já estão convencidos antes mesmo que apareçam os argumentos. É um tipo de convicção fundado na solidariedade natural dos grupos políticos. Seria o caso, por exemplo, dos juramentos prévios da

fase da Independência, feitos antes mesmo de elaboradas as Constituições juradas. E como são muitos os que precisam ser convertidos, e o voto secreto, na cabine indevassável, não se deixa vencer nem pelo dinheiro, nem pela formação de **currais**, há que aguardar a apuração, para ter a certeza de quem venceu. O que, na dúvida, impõe um trabalho porfiado de persuasão, para superar tantas ameaças e perigos.

Não foi por outro motivo que meu amigo e meu mestre João Mangabeira, uma das vozes mais eloqüentes da Primeira República, fazia da eleição pelo povo o maior ato cívico do Brasil. Na minha vida pública, cortada de tantos intervalos, tive duas oportunidades de alistar-me em campanhas presidenciais, uma a favor do Marechal Dutra que, no governo, foi exemplo de respeito à democracia. Outra em prol do Marechal Lott, que considero um testemunho vivo de patriotismo e de abnegação, quando se recusou a transformar em benefício pessoal um movimento armado destinado a garantir a posse de um Presidente escolhido pelo voto popular. Nessas duas oportunidades, a campanha eleitoral se reduzia a um trabalho de doutrinação, de extremo a extremo do país, destinado a esclarecer e a conscientizar o cidadão brasileiro, para que pudesse cumprir o seu dever, com a arma do voto de que dispunha. Não me parece que seja serviço prestado ao país, a supressão dessa escola imensa de educação política do cidadão brasileiro.

Sei que se objeta que nem sempre o povo acerta nas suas opções e receio muito que os que mais o acusam sejam justamente os mais responsáveis pelos erros argüidos. Mas de que vale esse argumento, em face de uma perspectiva histórica? Por acaso, nos 47 pleitos presidenciais travados nos Estados Unidos, podemos estar certo de que sempre foram preferidos os melhores candidatos? Mas que importância tiveram os erros, se não impediram que os Estados Unidos crescessem e progredissem de uma forma que assombra o universo? Bastam os resultados da democracia, no progresso constante do país, na emulação entre os seus partidos políticos, para a exaltação do regime que adotaram. Não creio que pensem em abandonar um regime que já consegue levar às urnas não menos de cem milhões de eleitores. E um país que entrega a defesa de seu progresso e de suas eleições a tantos eleitores, pode estar certo de seu futuro e do prestígio crescente de seu povo.

UM PARALELO NECESSÁRIO

Mesmo o caso atual de Watergate deve ser meditado. Se houvesse ocorrido na América Latina, sabemos o que teria sucedido, com uma varredura exemplar do poder civil. Os Estados Unidos pesam o pró e o contra, os vícios e os proveitos e vai procurando encontrar a melhor

fórmula, que emende os males sem sacrificar a democracia. Por muito menos do que isso um grande Presidente sem culpa, Getúlio Vargas, teve que oferecer a sua própria vida em holocausto ao seu país. Ainda não conseguimos ver nos erros cometidos o caminho para as emendas necessárias, no relativismo da vida política, sujeita a tantas influências subjetivas. E no meio do clamor contra a democracia, esquecemos que devemos a ela o aproveitamento de Paulo Afonso, a criação do fundo rodoviário, a aprovação da ELETROBRÁS, a conclusão do Código Brasileiro de Telecomunicações. A própria criação da PETROBRÁS só conseguiu chegar ao monopólio estatal com a presença e a colaboração do Congresso Nacional.

A Lei de Remessa de Lucros, vencendo resistências das lideranças partidárias, surgiu como uma revolução dos deputados, que souberam fazer prevalecer a sua opinião. Nem o argumento de trocar melhoramentos pela liberdade é coisa de nossos dias. Vem de longe. Vem do *panem et circensis* dos romanos. E foi um dos grandes doutrinadores políticos de Portugal, Alexandre Herculano, que nos deu a lição magnífica: — “que é nos países da liberdade e das garantias que tem tido sempre lugar a iniciativa das reformas econômicas que têm ativado a prosperidade social. Caminhos de ferro, melhoramentos materiais, aperfeiçoamentos de toda a indústria, queremos e devemos exigir dos governos morais e justos e não comprá-los à custa do sacrifício das nossas liberdades e direitos”.

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Otávio Mangabeira gostava de dizer que a democracia, no Brasil, era uma plantinha tenra, que reclamava cuidados minuciosos de seus cultivadores. Prefiro a imagem de Alberto Torres: a de uma construção, em que precisamos juntar pedra por pedra, num mutirão de todo o Brasil, educando e formando o cidadão. Mas de um cidadão realmente livre, responsável, e não de autômatos enquadrados em dispositivos rígidos, à espera de um controle remoto que lhe dirija os passos, ou de robôs passando desconjuntados, fazendo ranger suas molas emperradas. Prefiro uma pedagogia que parta da confiança no cidadão, tanto mais que nem consigo entender uma orientação que, a título de educar o cidadão para a democracia, comece acabando com a democracia. Há quem tenha qualquer dúvida de que só se poderá aprender a democracia vivendo-a e praticando-a? A começar, naturalmente, pelo Município.

Já dizia Tocqueville que é a na comuna que “reside a força dos povos livres”. O que Laboulaye completava acrescentando que não havia um só povo livre que não tenha feito da comuna a escola primária da liberdade.

Nosso Pimenta Bueno não seria menos categórico: — “O Município é o primeiro foco e elemento do laço social, da agregação nacional e cuja vida muito influi na sorte da nacionalidade”. Verdades que Teixeira de Freitas e Rafael Xavier se cansaram de repetir, em campanhas memoráveis. Por que não restaurar o Município na verdadeira função que deve desempenhar, no processo democrático?

Devemos ao governante do Canadá, Sr. Trudeau, uma lição excelente: — “Julga-se uma democracia pela maneira como trata as suas minorias”. Pelo respeito com que as resguardam. Nunca pude aplaudir a maneira como são tratadas as minorias soviéticas. Como não posso aplaudir as restrições criadas à liberdade de imprensa. Respeito às minorias e ausência de censura prévia são degraus na escada da civilização dos povos.

A LIBERDADE DE IMPRENSA

Não me inspira, nesse caso, nenhum zelo profissional ou qualquer sentimento de espírito de classe. Mas não posso deixar de ver na liberdade de imprensa, como nos ensinava Rui Barbosa, que de todas as liberdades, ela é a “mais necessária e a mais conspícua”. Porque, sem ela, todas as outras liberdades claudicam e desfalecem. Que valem, por exemplo, os famosos Direitos da Pessoa Humana? Não há país que não tenha assinado e ratificado a Convenção de Paris de 1948. Mas que valem essas ratificações? As evasivas se multiplicam, para ocultar atentados contra esses direitos e começam a proliferar os coiteiros — e não passam na verdade de coiteiros — para esconder os responsáveis.

Sou dos que acreditam, talvez de boa fé, que os atentados não vêm de cima. São cousas de subalternos, arrastados pela violência ou pelo sadismo. Mas diante do fato consumado, cresce o temor de sua divulgação. E falo, nesse caso, menos como jornalista do que como homem que já foi governo. Certa vez na minha experiência pessoal, topei com um mandado de segurança impetrado contra mim, porque eu havia afastado do cargo um delegado a quem atribuíam excessos contra presos confiados à sua guarda. Por mais ridículo que fosse o recurso de que se valera contra o Governador, comprovava a sua inconformidade e fôra a imprensa que me trouxera o conhecimento dessas realidades, que na esfera administrativa eram sistematicamente negadas, mas existiam de fato e poderiam comprometer um governo realmente empenhado na proteção da pessoa humana.

Desde esse momento, aprendi a lição de Pedro II, que via na imprensa menos um adversário do que um auxiliar necessário, no trabalho da autoridade pública. A imprensa, pois, como colaborador, trazendo

informações que ninguém teria interesse em levar ao conhecimento da autoridade.

O mesmo raciocínio se aplica a outra área, não menos importante, qual seja a da corrupção. Houve um tempo em que se falou muito de subversivos e corruptos. Será que desapareceram os corruptos? Ou estarão apenas ocultos no amplo surrão da censura prévia? E fazendo justiça a governos que considero honrados e até mesmo vigilantes, gostaria de ver as Comissões de Inquérito das Casas do Congresso reintegradas nos seus antigos poderes de investigação, ajudadas pelos pedidos de informação valorizados pelas sanções que os protegiam na Constituição de 1946. Nem pode haver democracia com um Congresso mutilado e reduzido tão-somente a um órgão de homologação e chancela.

Eis aí, Senhores Convencionais, por que nos encontramos juntos, para a mesma campanha. Não somos subversivos. Não nos interessam cargos. Queremos ser apenas semeadores. Homens que pensam no Brasil e trabalham pelo seu progresso. As sementes que estamos semeando nos foram oferecidas pelo passado brasileiro. São sementes brasileiras. Sementes de Liberdade, de Democracia, de Tolerância, de Compreensão, de Anistia. Sementes de um nacionalismo profundo e entranhado, em que proclamamos a necessidade de reservar para o nosso povo todas as oportunidades de lucro que estejam ao alcance de nosso país. Um Brasil capaz de edificar, na República, uma democracia tão respeitada como aquela que a Monarquia nos legou. Uma política internacional que conserve os reflexos da inteligência de José Bonifácio e da sabedoria e dignidade do Barão do Rio Branco. Um Brasil que procure manter a continuidade do Brasil de ontem. Para construir um Brasil de sempre.

Não sinto o peso da idade para dizer essas palavras de fé em meu país. Recearia, sim, aquela arterioesclerose moral a que Rui Barbosa se referia. Mas no contágio com a vossa fé, se não se multiplicam as forças de que disponho, cresce sem dúvida o fervor da pregação. A gratuidade de vosso convite é irresistível e só encontro, para a retribuição, a sinceridade de minha palavra e o entusiasmo de meu patriotismo."